

Psicologia:

Identidade Profissional e Compromisso Social



Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Psicologia: identidade profissional e compromisso social

Editora Chefe: Prof^{fa} Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
P974	Psicologia: identidade profissional e compromisso social / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-939-4 DOI 10.22533/at.ed.394213003 1. Psicologia. I. Ferreira, Ezequiel Martins (Organizador). II. Título. CDD 150
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

CAPÍTULO 5

IMPORTÂNCIA DOS COMPORTAMENTOS DE CIDADANIA ORGANIZACIONAL NA PREVENÇÃO DE COMPORTAMENTOS DE RISCO - LEI DE EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS PORTUGUESAS

Data de aceite: 29/03/2021

Data de submissão: 05/01/2020

Paula Costa Neves

Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior de Educação; Centro de Estudos Interdisciplinares do Sec.XX (CEIS20)
Coimbra – Portugal
orcid.org/0000-0001-7952-0161

Rui Paixão

Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação; Centro de Estudo Sociais da Universidade de Coimbra
orcid.org/0000-0002-0369-2829

Comunicação apresentada nas XIV Jornadas do Apoiar: Saúde Mental e Interdisciplinaridade Propostas e Pesquisas. 2006. USP. São Paulo

RESUMO: Portugal tem desde 2009 uma lei da educação sexual nas escolas que obriga a que, em todos os ciclos de estudo existam espaços e tempos dedicados a transmissão de informação, desenvolvimento de atitudes e educação para os afetos. Nesta comunicação apresentam-se algumas reflexões sobre a importância dos comportamentos de cidadania organizacional na aplicação da lei da educação sexual nas escolas portuguesas.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamentos de Cidadania Organizacional; Educação Sexual Escolas; Comportamentos de Risco.

IMPORTANCE OF ORGANIZATIONAL CITIZENSHIP BEHAVIORS IN THE PREVENTION OF RISKY BEHAVIORS - SEX EDUCATION LAW IN PORTUGUESE SCHOOLS

ABSTRACT: Since 2009, Portugal has implemented a sex education law. This law requires schools to set aside time in the curriculum to share information about sex education, to develop attitudes and to focus on affection education. This communication presents some reflections on the importance of organizational citizenship behaviors in the application of the sex education law in Portuguese schools.

KEYWORDS: Organizational Citizenship Behaviors; Sex Education in Schools; Risk Behaviors.

1 | INTRODUÇÃO

A educação sexual nas escolas portuguesas existe desde 2009, enquadrada pela Lei n.º 60/2009. De entre dos seus objetivos destacamos a transmissão de informação, o desenvolvimento de atitudes e a educação para os afetos.

A temática da educação sexual é apresentada como uma temática transversal e transdisciplinar e, portanto, da responsabilidade dos professores de todas as áreas disciplinares e da escola como um todo. Em termos de carga horária há a obrigatoriedade de alunos do 1º e 2º Ciclo terem por ano, pelo menos, 6 horas dedicadas a esta temática, enquanto os alunos

do 3º ciclo e secundário devem ter, pelo menos, 12 horas por ano ocupadas especificamente com os objetivos preconizados na lei.

Não há um currículo rígido e específico para estas horas letivas. É dada liberdade às escolas para planificarem as atividades a desenvolver, que devem estar enquadradas nos respetivos projetos educativos e devem ser planeadas, devidamente integradas nos planos de trabalho das turmas. Em cada escola e em cada turma, os professores têm liberdade para organizar a ocupação das horas prevista na lei para esta temática, que podem incluir visitas, projetos, conferências de especialistas, ou outras atividades consideradas significativas para alcançar os objetivos em causa. Ou seja, as atividades a desenvolver dependem em grande medida da existência de iniciativas e da implicação dos docentes de cada turma e, conseqüentemente, do apoio das lideranças intermédias.

Assim, a educação sexual proporcionada às crianças e jovens adolescentes está, em grande medida, dependente das opções e iniciativas dos docentes de cada escola, da sua disponibilidade, e do comprometimento que têm para com os seus alunos e, muito particularmente, para com a escola.

2 I COMPORTAMENTOS DE CIDADANIA ORGANIZACIONAL

Quando se faz uma avaliação dos fatores que são identificados como afetando positivamente o desenvolvimento de projetos que podem ser considerados de prevenção primária, como é o caso da educação sexual nas escolas, surgem com um peso determinante as atitudes dos professores e a atitude da escola em geral, para o qual contribuem fortemente as políticas e as opções das lideranças (OPLATKA, 2012).

Ou seja, há todo um conjunto de comportamentos que são reconhecidamente importantes para a relação entre docentes e alunos, e para o desempenho das escolas, que são claramente discricionários, e que são designados como Comportamentos de Cidadania Organizacional.

Comportamentos de Cidadania Organizacional (CCO) são, então, comportamentos individuais discricionários, não formalmente obrigatórios nem recompensados, mas que contribuem para o bom desempenho das organizações.

Se nos centrarmos na função dos docentes, vemos que não está incluída a dinamização e participação em atividades para além do currículo e dos horários da escola, ou a monitorização minuciosa e próxima dos alunos através do estabelecimento de relações de confiança e proximidade que, sabe-se, propiciam a identificação de situações de angústia e de stress dos alunos que, num contexto de educação para os afetos e no casos dos adolescentes, pode fazer toda a diferença na prevenção de comportamentos de risco.

Assim, no sentido de se conseguirem alcançar totalmente os objetivos propostos pela lei da educação sexual, as escolas enfrentam o desafio de conseguirem que os seus

docentes se impliquem, se comprometam e vão para além das suas funções fazendo a diferença.

A questão que se coloca, então, é como promover os CCO em docentes, neste caso como implicar emocionalmente os docentes, levando-os mais longe do que é estritamente obrigatório na sua função, com reflexos positivos para os alunos e para o desempenho global da escola.

A investigação identifica variáveis individuais e organizacionais como antecedentes dos CCO. No caso das variáveis individuais, são as atitudes perante o trabalho que aparecem mais relacionadas com os CCO, como é o caso da perceção de justiça organizacional (YILMAZ; TAŞDAN, 2009), da satisfação com a função (SOMECH; DRACH-ZAHAVY, 2000), da participação nas decisões de gestão e do comprometimento organizacional (SOMECH; BOGLER, 2002).

Nos aspetos organizacionais com impacto positivo na promoção de CCO, realçam-se: o clima de escola (DIPAOLA; TSCHANNEN-MORAN, 2001) o feedback sobre trabalho (OPLATKA, 2006); a realização de tarefas intrinsecamente satisfatórias (SOMECH; DRACH-ZAHAVY, 2000); e a perceção de suporte organizacional (SOMECH; RON, 2007), têm sido apontados (entre outros) como antecedentes de CCO.

Quando considerados em conjunto fatores pessoais e organizacionais, estes últimos têm maior peso na decisão dos docentes em realizar CCO (SOMECH; RON, 2007), o que mostra que os CCO são um fenómeno maioritariamente relacionado com o contexto

3 | CONCLUSÃO

Assim, num contexto de cada vez maior autonomia e responsabilização das escolas pelos resultados obtidos, sem que as mesmas possam escolher os seus docentes, o diretor e as suas práticas adquirem uma importância acrescida.

Chama-se, então, a atenção para a papel das direções das escolas e suas lideranças intermédias na modelação das condições e atitudes dos professores, criando um ambiente psicossociológico propício à implicação genuína dos docentes em atividades de prevenção de comportamentos de risco que, como analisado, poderão ser considerados CCO.

REFERÊNCIAS

DIPAOLA, M. F.; TSCHANNEN-MORAN, M. Organizational citizenship behavior in schools and its relationship to school climate. **Journal of School Leadership**, 11, 424-447, 2001.

OPLATKA, I. Going beyond role expectations: Toward an understanding of the determinants and components of teacher organizational citizenship behavior. **Educational Administration Quarterly**, 42, 385-423, 2006.

OPLATKA, I. The possible consequences of organizational citizenship behaviors in drug and alcohol prevention: Some insights from Israeli teachers and principals. *In* I. DUYAR; A. H. NORMORE. **Discretionary behavior and performance in educational organizations: The missing link in educational leadership and management** Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2012, Vol. 13, pp. 277-297.

ORGAN, D. **Organizational citizenship behavior : The good soldier syndrome**. Lexington MA: Lexington Books. 1988.

SOMECH, A.; BOGLER, R. Antecedents and consequences of teacher organizational and professional commitment. **Educational Administration Quarterly**, 38, 555-577, 2002.

SOMECH, A.; DRACH-ZAHAVY, A. Understanding extra-role behavior in schools: The relationships between job satisfaction, sense of efficacy, and teachers' extra-role behavior. **Teaching and Teacher Education**, 16, 649-659, 2000.

SOMECH, A.; RON, I. Promoting organizational citizenship behavior in schools: The impact of individual and organizational characteristics. **Educational Administration Quarterly**, 43, 38-66, 2007.

YILMAZ, K.; TAŞDAN, M. Organizational citizenship and organizational justice in Turkish primary schools. **Journal of Educational Administration**, 47, 108-126, 2009.

Legislação

DIÁRIO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, 1.ª série - N.º 151 - 6 de Agosto de 2009 - Lei n.º 60/2009 - Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar.